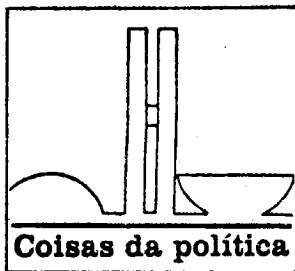


Aureliano tem de buscar já 20% dos convencionais

A centralização natural do noticiário político, nestes últimos dias, nas crescentes manifestações em favor das eleições diretas e na movimentação mais desenvolvida dos quatro *presidenciais* listados pelo PDS, deixou passar despercebida importante decisão do TSE. O Tribunal Superior Eleitoral, em resposta a uma consulta do próprio partido do Governo, praticamente regulamentou a convenção pedessista de setembro próximo, dando-lhe números definitivos, além de abrir luz sobre normas e procedimentos gerais que terão de ser cumpridos pelos candidatos.



O TSE fixou, por exemplo, o número de delegados regionais da seção pernambucana do PDS. Como a vaga nata do ex-Senador Nilo Coelho, que gerou duas outras, desapareceu com a sua morte, o Tribunal entendeu que a delegação de Pernambuco na convenção nacional do partido do Governo deverá cair de 51 para 48 representantes. As convenções, como se sabe, são regidas pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Lei esta que estabelece que cada Estado terá como delegados regionais às convenções nacionais dos partidos existentes e equivalente ao dobro da sua representação parlamentar no Congresso.

Pernambuco, que tinha, portanto, 14 deputados federais e três senadores — um total de 17 parlamentares — elegeu em junho do ano passado 34 delegados regionais. Como a decisão do TSE manda suprimir dois desses delegados, cairão os últimos da chapa eleita em convenção nacional: o usineiro Gilson Machado, ligado ao Senador Marco Maciel, e o empresário João Paes Mendonça, simpático à candidatura de Aureliano Chaves.

Com esse novo quadro, a convenção nacional do PDS, que totalizava 964 votos, se vê reduzida para 961. Estes votos estão em mãos de 861 convencionais — alguns com votos duplos e até triplos —, que se encarregarão, se as regras do jogo sucessório não vierem a ser alteradas com o restabelecimento do pleito direto, de escolher o candidato do partido majoritário no Colégio Eleitoral que se reunirá em Brasília a 15 de janeiro de 1985.

O grande problema dos candidatos com menor penetração junto aos convencionais do PDS passa a ser o do número mínimo de apoios para oficializar a sua pretensão eleitoral. A legislação em vigor — ratificada no bojo dessa recente decisão do TSE — exige que qualquer filiado a

partido político reúna 20% dos delegados para se apresentar candidato à Presidência da República. Providência, pois, das mais importantes, que dá início, na prática, a todo um processo de consolidação das candidaturas expostas atualmente na grande vitrine da política brasileira.

Como a convenção do PDS reúne 861 delegados que representam 961 votos, cada candidato só poderá se apresentar a ela apoiado por um mínimo de 172 dos seus representantes. Isso quer dizer que hoje, sem margem de erro, somente o Ministro Mário Andreazza e o Deputado Paulo Maluf teriam condições de postular a indicação como candidato do PDS à Presidência da República na convenção nacional do partido. O Senador Marco Maciel não teria mais de um terço do total de apoios exigidos. E o Vice-Presidente Aureliano Chaves não chegaria a reunir, neste momento, 100 dos 172 delegados necessários à oficialização da sua candidatura perante a convenção.

A campanha eleitoral dentro do PDS vai pondo à mostra, por isso mesmo, as dificuldades do Vice-Presidente Aureliano Chaves, que não conta sequer com 70% dos 81 votos convencionais de Minas, onde nasceu a sua candidatura. Há dúvidas, ainda, se o Vice-Presidente atingirá o número mínimo de apoios para oficializar sua candidatura até mesmo se contar com uma provável desistência, em seu favor, do Senador Marco Maciel. É que, além de Minas, Aureliano só empolga uma parcela razoável do PDS fluminense, fiel ao Senador Amaral Peixoto e ao presidente regional do partido, Moreira Franco; os poucos liderados do Governador cearense Gonzaga da Motta; e a lideranças esparsas — e consideradas independentes — do Norte e Nordeste que, se contadas nos dedos, não chegam, por enquanto, a mais de 20.

A candidatura Aureliano Chaves — e essa tem sido, nos últimos dias, motivo das grandes preocupações do ex-Presidente Ernesto Geisel, seu mais influente cabo eleitoral — terá de empreender, antes de mais nada, uma luta desesperada para obter o passaporte que lhe permitirá chegar à convenção do PDS. Luta que vai se tornando inglória, a cada novo dia, apesar das expectativas em torno de apoios salvadores que viriam, sobretudo, de Sergipe e Santa Catarina. Como nenhum movimento político pode, porém, viver apenas de expectativas, o Vice-Presidente tem pouco tempo — a convenção é em setembro — para avaliar suas bases e decidir se vale a pena continuar no jogo.